



JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE AFETA TODA A SOCIEDADE E FÓRUM DEBATE SOLUÇÕES

Congresso Nacional do Fonajus, com apoio da Apamagis, discutiu o tema em novembro

A judicialização da Saúde é uma das principais questões relevantes atualmente no Poder Judiciário e que afeta a sociedade de maneira significativa. De acordo com o CNJ (Conselho Nacional de Justiça), tramitam no país 543 mil processos, trazendo impactos financeiros e administrativos.

Em razão desse cenário, o CNJ promoveu, em novembro, o I Congresso Nacional do Fonajus (Fórum Nacional do Judiciário para a Saúde) em São Paulo, em parceria com a Fundação Faculdade de Medicina.

A Apamagis foi uma das entidades que apoiaram o evento.

O encontro, durante dois dias, reuniu juristas, médicos e especialistas do sistema de Justiça e de Saúde, além de representantes da sociedade civil, para debater soluções. O fórum tem o objetivo de elaborar estudos e propor medidas concretas, além de normas, para o aperfeiçoamento de procedimentos.

As ferramentas implantadas para dar subsídio aos magistrados com informações técnico-científicas e garantir decisões baseadas em evidências são os Natjus (Núcleos de Apoio Técnico do Poder Judiciário) dos estados e na-

cional. A plataforma nacional agrega atualmente 80 pareceres e aproximadamente 8.800 notas técnicas. No âmbito dos estados, são mais de 17 mil notas técnicas.

Segundo a

Secretaria Estadual de Saúde de São Paulo, por exemplo, existem 47

mil processos judiciais com demandas de saúde, sendo 50% relativos ao acesso de medicamentos. Desse total, 90% não estão previstos pelo SUS, gerando um impacto de R\$ 1 bilhão aos cofres do Estado.

Representantes do Ministério da Saúde apresentaram no congresso dados apontando que, em um ano, foram gastos em nível nacional R\$ 2,2 bilhões para atender menos de 6 mil pessoas. Outra questão apresentada no fórum são que, das mais de 7 mil enfermidades existentes, apenas 5% delas possui um tratamento aprovado para os pacientes tanto no SUS (saúde pública) quanto na ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar), que engloba a saúde privada.

O atual cenário envolvendo demandas judiciais relativas à saúde é complexo e se apresenta como um grande desafio para a Justiça: ao mesmo tempo em que se deve estar vigilante quanto à garantia dos direitos da população, é preciso conhecer os impactos que as decisões judiciais podem ter sobre os sistemas de saúde. Nesse sentido, iniciativas como o I Congresso do Fonajus são extremamente relevantes, pois promovem um ambiente profícuo para debate de ideias e construção de soluções entre as comunidades jurídica e da saúde.

